

APROXIMAÇÃO

Revista da 2ª Vice-Presidência do
Tribunal de Justiça do Paraná

5 11ª EDIÇÃO



Encaminhando-se para o fim da gestão, a atual equipe da 2ª Vice-Presidência está comprometida de maneira proativa com a comunicação bidirecional entre o Tribunal de Justiça e o primeiro grau de jurisdição, sem, contudo, perder o foco de atuação na criação e concretização de programas e projetos intrinsecamente ligados à supervisão dos juizados especiais, autocomposição e cidadania.

Exemplo desse comprometimento com a comunicação interna é o projeto 2ª Vice-Presente, o qual - por meio de um cronograma iniciado em agosto e com previsão de término em novembro -, possibilita que todos os Juizados Especiais de Curitiba e Região Metropolitana sejam contemplados com a visita de dois servidores, sendo um da assessoria de gabinete da 2ª Vice-Presidência, e outro do DTIC.

A ideia central da iniciativa é ouvir os servidores e magistrados com o objetivo de tirar dúvidas, proporcionar treinamento e colher sugestões tanto no que diz respeito à supervisão dos juizados quanto a questões relacionadas à informática em geral e ao sistema PROJUDI.

Ainda, programas ligados à tecnologia ganham novos contornos e se destacam, novamente, neste exemplar da Revista Aproximação. Despontam na capa desta 11ª edição o e-Carta e o Alvará eletrônico. Ambos os programas, embora com finalidades distintas, têm uma matriz em comum: a tecnologia em favor do judiciário, de modo a otimizar os serviços de secretaria e evitar dispêndio de recursos humanos e financeiros. Por falar em tecnologia nos Juizados, viabilizou-se a Sustentação Oral por Videoconferência e a Biometria continua sendo usada em favor da população.

Os programas abrangidos pela legenda da cidadania mantêm-se ganhando força e os números comprovam este contínuo revigoramento diante do aumento progressivo de beneficiados e de entidades parceiras. Na coluna "Magistrado em Destaque", destacam-se os projetos desenvolvidos pelo Doutor César Ghizoni. A autocomposição também é estimulada com a criação da Central de Conciliações, bem como pela elaboração do Procedimento Operacional Padrão do CEJUSC (POP-CEJUSC).

Aproveitamos o espaço para dizer que é com muita satisfação que a 2ª Vice-Presidência anuncia o êxito de todas essas ações. Reforçamos o compromisso em continuar atuando em prol do servidor e do jurisdicionado até o fim da gestão. Desejamos assim, uma boa leitura a todos!

ALVARÁ JUDICIAL ELETRÔNICO JÁ ESTÁ EM FUNCIONAMENTO, EM FASE DE PROJETO-PILOTO	2
ETAPA DE TESTES DO SISTEMA E-CARTA APRESENTA BONS RESULTADOS	3
PROJETO BIOMETRIA NOS ESTÁDIOS VIRA REFERÊNCIA NACIONAL DE PREVENÇÃO E REPRESSÃO EFICAZ À VIOLÊNCIA NO FUTEBOL	4
2ª VICE-PRESIDÊNCIA E DTIC INICIAM AS VISITAS DO PROGRAMA 2ª VICE-PRESIDENTE	5
PROJETO JUIZADO MODELO	5
2ª VICE-PRESIDÊNCIA E CEDOC DISPONIBILIZAM BOLETIM DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS	6
SUSTENTAÇÃO ORAL POR VIDEOCONFERÊNCIA CHEGA ÀS TURMAS RECURSAIS	6
PROGRAMA "PACIFICAR É DIVINO"	8
2ª VICE-PRESIDÊNCIA COORDENA PARCERIA INTERDISCIPLINAR DO CEJUSC COM A UNIBRASIL PARA FOMENTAR A PACIFICAÇÃO SOCIAL DOS CONFLITOS	9
2ª VICE-PRESIDÊNCIA LANÇA O PROJETO "DESVENDANDO O CEJUSC"	10
TJPR LANÇA PROJETO POP - CEJUSC	10
NUPEMEC/PR ENTREGA CERTIFICADOS DE CONCILIADOR E MEDIADOR JUDICIAL PARA DESEMBARGADORES QUE ATUAM NO CEJUSC DE 2º GRAU	11
SETEMBRO PROMISSOR: PROGRAMA JOVENS PROMISSORES CELEBRA 1 ANO DE ATENDIMENTOS COM A ABERTURA DE 5 NOVAS TURMAS NO PARANÁ	13
PROGRAMA CRIANÇA E ADOLESCENTE PROTEGIDOS É INSTITUÍDO POR LEI ESTADUAL	14
PROGRAMA JUSTIÇA E CIDADANIA TAMBÉM SE APRENDEM NA ESCOLA COMPLETA 25 ANOS	15
MAGISTRADOS DO TJPR PARTICIPAM DO PROGRAMA GERAÇÃO ATITUDE	16
MAGISTRADO EM DESTAQUE	17



Expediente:

Desembargadora Lidia Maejima
2ª Vice-Presidente
do Tribunal de Justiça do Paraná

Dr. Ricaro Henrique Ferreira Jentsch
Juiz Auxiliar da 2ª Vice-Presidência
do Tribunal de Justiça do Paraná



Editoração:
Coordenadoria de Produção de
Mídias Institucionais - Ejeje

ALVARÁ JUDICIAL ELETRÔNICO JÁ ESTÁ EM FUNCIONAMENTO, EM FASE DE PROJETO-PILOTO

A 2ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná está empenhada em implantar um sistema digital de alvarás, que constitui importante e antiga demanda de Magistrados, servidores e advogados. Para tanto, e desde o início da gestão, estudos têm sido conduzidos e foi estabelecido profícuo canal de comunicação entre a Caixa Econômica Federal (CEF), o Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC) do TJPR, a 2ª Vice-Presidência do TJPR e a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Paraná, visando a implementação desta ferramenta de extrema importância.



Com o Alvará Judicial Eletrônico, todos os envolvidos na lide (jurisdicionados, advogados, magistrados, promotores e defensores) passarão a contar com uma série de vantagens, tais como:

- Emissão do boleto de pagamento diretamente no Projudi, sem a necessidade de peticionamento posterior com complementação de informações ou comprovantes de pagamentos;
- Informação automática de pagamentos;
- Possibilidade de realização de depósitos em continuação;
- Registros automáticos nas movimentações processuais;
- Eliminação de cadastros errados e, por conseguinte, de futuros bloqueios na emissão de alvarás;
- Importação de depósitos físicos que migração para eletrônico.

Atualmente, e após cerimônia de inauguração da funcionalidade em solenidade na sala de reuniões da 2ª Vice-Presidência, o sistema em questão está operando junto ao 11º Juizado Especial Cível e Criminal de Curitiba, ao 4º e ao 15º Juizados Especiais da Fazenda Pública de Curitiba, bem como à 25ª Vara Cível de Curitiba.

Conquanto não haja um cronograma fixo, espera-se a expansão do Alvará Judicial Eletrônico para outras unidades judiciais, dentro do sistema Projudi, ainda em 2018.

A principal preocupação da equipe que atuou no projeto foi a segurança na operação, a qual resta garantida por intermédio de medidas como:

- Conexões criptografadas com certificação mútua, evitando ataques ou tentativas de acessos indevidos;
- Auditoria ponto a ponto, com registros precisos de todos os movimentos envolvidos;
- Emissão do alvará restrita ao Magistrado competente, através de certificação digital;
- Total controle das movimentações financeiras de contas judiciais por parte do Tribunal de Justiça do Paraná.

Para garantir a atenção a todos os cuidados indispensáveis, o alvará eletrônico passou por diversos testes e, desde agosto de 2018, está funcionando como projeto-piloto.

ETAPA DE TESTES DO SISTEMA E-CARTA APRESENTA BONS RESULTADOS



O sistema e-Carta é uma solução digital viabilizada pelo DGST e a 2ª Vice-Presidência do TJPR, em resposta ao grande dispêndio de mão-de-obra ocorrido com a expedição e junta de correspondências com Aviso de Recebimento (AR) nas secretarias dos Juizados Especiais.

Com essa ferramenta, todos os procedimentos necessários para a intimação postal das partes – desde o preenchimento dos dados do AR, envelopamento da correspondência e junta aos autos no sistema Projudi, são realizadas pelos Correios –, não mais por servidores.

Atualmente, o e-Carta está em fase de testes, funcionando em duas unidades de Juizados Especiais, em Santa Felicidade e no 11º Juizado Especial de Curitiba.

Segundo Maicon Vechi, Supervisor de Cumprimento e Expedição do Juizado Especial de Santa Felicidade, “o e-Carta revolucionou a expedição dos Juizados Especiais de Santa Felicidade, trazendo qualidade e agilidade na entrega e retorno de AR’s, sistema fácil e intuitivo, desonerando servidores e estagiários de um serviço extremamente burocrático e sistemático, reduzindo drasticamente o consumo de materiais envolvidos no processo de expedição.”

Carla Greice Canestrro, chefe de Secretaria do Juizado Especial do 11º Juizado Especial relatou que o sistema pôs fim nos erros no envelopamento e envio das cartas. Além de agilizar a junta de retorno da correspondência, gerou também a economia de papel, tinta, envelopes e etiquetas.

Wilson Moraes, chefe de Secretaria do Juizado Especial de Santa Felicidade, afirmou que “a implantação do e-Carta trouxe uma importante melhoria nas diligências de expedição, fazendo com que o tempo e a mão-de-obra desprendidos nesta atividade pudessem ser realocados em outras. Tudo isso impacta positivamente no andamento processual e na prestação jurisdicional.”

Assim, uma vez ampliado a todas as unidades judiciárias do Estado, o sistema representaria um incremento de mão-de-obra significativo, sem aumento nas despesas do Poder Judiciário.

Diante de sua avaliação positiva, o sistema foi ampliado no início do mês de outubro para todas as unidades de Juizados Especiais do Foro Central de Curitiba e será estendido para outras secretarias, assim que a fase de testes for encerrada.

PROJETO BIOMETRIA NOS ESTÁDIOS VIRA REFERÊNCIA NACIONAL DE PREVENÇÃO E REPRESSÃO EFICAZ À VIOLÊNCIA NO FUTEBOL

A 2ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná participou, no mês de agosto, do 2º Congresso Latino-Americano de Gestão Eficaz para Arenas e Estádios, realizado no Estádio Beira-Rio, em Porto Alegre. O evento reuniu gestores dos principais clubes de futebol e complexos esportivos da América Latina, que tiveram a oportunidade de compartilhar experiências e práticas inovadoras.

O Congresso foi dividido em dois painéis: “A importância da Biometria para a segurança” e “Tecnologias emergentes de operação e experiência”. No painel sobre biometria, representando a 2ª Vice-Presidência do TJPR, o Juiz Auxiliar Ricardo Henrique Ferreira Jentzch apresentou o pioneiro projeto “Biometria nos Estádios”, implantado no Estado do Paraná por meio do convênio celebrado entre o Tribunal de Justiça, a CELEPAR, o DETRAN/PR e a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária do Paraná (SESP/PR), cujo primeiro aderente foi o Clube Atlético Paranaense. Imediatamente, Clubes da Argentina e do Uruguai manifestaram interesse em conhecer melhor o sistema paranaense.

Os participantes do evento puderam conhecer ainda cases de outros clubes brasileiros e latino-americanos, como a gestão da Arena Beira-Rio, do Internacional, a operação do Flamengo, no Maracanã, do Grêmio, River Plate, Boca Juniores, Atlético Peñarol, Cerro Porteño e Universidad Católica, do Chile.

Mais recentemente, no dia 03 de outubro, em Belo Horizonte, o Dr. Ricardo Jentzch também apresentou a prática paranaense de biometria nos estádios aos participantes do 19º Encontro Sobre Consumo e Regulação, realizado pelo PROCON e Ministério Público de Minas Gerais.

REPERCUSSÃO

O sistema de consulta biométrica decorrente do convênio paranaense tem se tornado referência nacional de prevenção e repressão eficaz à violência no futebol.

Além das apresentações em eventos pelo País e dos convites de Países da América latina, o noticiário nacional tem repercutido a iniciativa. Já houve a publicação de uma detalhada matéria do Jornal Estadão, a respeito do projeto.

A reportagem ouviu o Juiz Auxiliar da 2ª Vice-Presidência, Dr. Ricardo Henrique Ferreira Jentzch, e pode ser conferida neste endereço eletrônico.

De igual forma, o portal “globoesporte.com” também já divulgou o projeto.



O PROJETO

O projeto Biometria nos Estádios, iniciativa da 2ª Vice-Presidência do TJPR, no âmbito do programa JUSTIÇA AO ESPECTADOR – ESPORTES E GRANDES EVENTOS, concretizou o Termo de Convênio nº. 008/2017, que permitiu o desenvolvimento de uma *webservice* de consulta biométrica à disposição dos clubes de futebol. Em síntese, o sistema interliga as catracas do estádio aos bancos de dados da Secretaria de Segurança, do DETRAN-PR e do Instituto de Identificação, por meio de solução de informática disponibilizada pela CELEPAR. No momento em que o torcedor coloca sua digital no leitor biométrico, um conjunto de códigos informa se a pessoa é a titular do ingresso e, também, se há contra ela mandado de prisão em aberto ou restrição para entrada no estádio, decorrente de alguma pena no âmbito do juizado do torcedor.

O Estado do Paraná possui um sistema pioneiro de cruzamento de dados que permite dar mais efetividade ao cumprimento das penalidades aplicadas com base no Estatuto do Torcedor.

O Clube Atlético Paranaense foi o primeiro aderente ao sistema, por já contar com a infraestrutura de catracas necessárias à efetivação da consulta via *webservice*. Desde a implantação, o serviço foi utilizado em mais de 25 jogos (até setembro/2018), possibilitando a identificação e cumprimento de 17 mandados de prisão.

2ª VICE-PRESIDÊNCIA E DTIC INICIAM AS VISITAS DO PROGRAMA 2ª VICE-PRESENTE

A 2ª Vice-Presidência, em parceria com o DTIC, lançou o Programa 2ª VICE-PRESENTE. A ideia central da iniciativa é ouvir todos os servidores dos juizados especiais de Curitiba e região metropolitana com o objetivo de tirar dúvidas, proporcionar treinamento e colher sugestões, tanto no que diz respeito à supervisão dos juizados quanto a questões relacionadas à informática em geral e ao sistema PROJUDI.

Estrategicamente, o cronograma de visitas foi iniciado em meados de agosto e tem previsão de término em novembro deste ano. Semanalmente, 04 juizados são contemplados com a visita de dois servidores do programa - um do DTIC e outro da assessoria de gabinete da 2ª Vice-Presidência -, os quais ficam encarregados de promover a comunicação bidirecional entre o Tribunal de Justiça e os servidores do 1º grau de jurisdição atuantes nos juizados.

Já nas primeiras visitas, foi possível colher sugestões relevantes de melhoria no sistema PROJUDI, proporcionar treinamento de informática, demonstrar o uso otimizado dos sistemas judiciais e, sobretudo, fazer um diagnóstico dos juizados especiais.



Semanalmente, os servidores que atuam no programa elaboram relatórios das visitas, que servem, dentre outras funções, para produção de videoaulas pontuais esclarecendo as dúvidas tidas como pertinentes por ocasião das visitas.

O programa é pautado na convicção de que ouvir o servidor - de maneira direta, humana e objetiva - é o segredo para a comunicação institucional do poder judiciário e, por conseguinte, para elaboração de programas e projetos altamente eficazes, sempre com vistas à satisfação do jurisdicionado.

PROJETO JUIZADO MODELO



O projeto tem por objetivo padronizar os procedimentos e rotinas de trabalho no âmbito dos Juizados Especiais, estimulando o desenvolvimento de boas práticas a serem difundidas por todo o Estado.

Para tanto, a equipe da 2ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça partiu de um Juizado Especial específico, a fim de buscar soluções concretas para os problemas enfrentados no dia-a-dia das unidades judiciais. Assim, a primeira etapa consistiu no mapeamento dos fluxos de trabalho da Secretaria e do Gabinete do 11º Juizado Especial Cível e Criminal de Curitiba, identificando possibilidades de melhoria da gestão dessa unidade.

Uma vez realizado o levantamento do fluxo de processos, regulamentos, recursos humanos e mate-

riais - inclusive na área de tecnologia da informação, propiciou-se a montagem do cenário como um todo, permitindo a visualização de oportunidades de melhorias, sempre visando a diminuição do

tempo de tramitação processual e, por conseguinte, aumento de produtividade, mediante soluções facilmente aplicáveis a outros Juizados Especiais no Paraná.

No caso de Curitiba, o mapeamento levou em consideração a alteração das instalações físicas para o novo Centro Judiciário, situado no bairro Ahú, e viabilizou algumas melhorias pontuais nas instalações.

Com efeito, diversas iniciativas - algumas das quais se desdobraram em projetos autônomos - se levantaram a partir do Juizado Modelo, tornando-o, além de canal para a padronização de rotinas, um verdadeiro expoente para a adoção de práticas inovadoras, a serem exportadas para a melhoria da gestão em outros Juizados Especiais.

2ª VICE-PRESIDÊNCIA E CEDOC DISPONIBILIZAM BOLETIM DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS

A 2ª Vice-Presidência em conjunto com o Centro de Documentação do Departamento de Gestão Documental do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná disponibilizam à comunidade jurídica o Boletim de Jurisprudência das Turmas Recursais do Estado do Paraná.

Com periodicidade bimestral, é uma publicação eletrônica de cunho informativo que reúne e dá destaque às principais decisões proferidas no âmbito das Turmas Recursais dos Juizados Especiais. Voltada tanto para o público interno quanto para o público externo, o boletim visa aumentar a publicidade sobre os entendimentos mais recentes das Turmas Recursais e criar um veículo de aproximação e comunicação.

Os boletins encontram-se no formato "pdf", para visualizá-los é necessário ter instalado o Adobe Acrobat Reader.

A seleção das decisões leva em consideração fatores como: complexidade da matéria abordada, consolidação de posicionamento do órgão julgador, ineditismo da deliberação, mudança no entendimento do colegiado, reiteração de entendimento importante, relevância do tema tratado e/ou das teses firmadas, repercussão social e volume de demandas. Não se trata, assim, de repositório oficial de jurisprudência.

Para aprofundamento, o leitor pode acessar o inteiro teor das deliberações, disponíveis na base de dados de jurisprudência, acessíveis a partir de hyperlinks constantes nas respectivas numerações processuais.

BOLETIM VISA DAR DESTAQUE E VISIBILIDADE ÀS DECISÕES DOS JUÍZES DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DO PARANÁ

CONSULTE O 1º BOLETIM DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS

CLICANDO AQUI

BOLETIM DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DO PARANÁ

SUSTENTAÇÃO ORAL POR VIDEOCONFERÊNCIA CHEGA ÀS TURMAS RECURSAIS

Desde o final do mês de julho, os advogados das regiões de Maringá e Foz do Iguaçu têm à disposição a ferramenta da videoconferência para realizar as sustentações orais nas Turmas Recursais.

Para essas novas localidades, o recurso está disponível para as sessões da 2ª e 3ª Turmas para os processos oriundos de Maringá e região metropolitana, que inclui as comarcas de Mandaguacu, Mandaguari, Marialva, Nova Esperança e Sarandi, além da região de Foz do Iguaçu, que abrange também as comarcas de Cascavel, Marechal Cândido Rondon, Matelândia, Medianeira, Santa Helena, São Miguel do Iguaçu e Toledo.

Dessa maneira, os advogados não precisam se deslocar até Curitiba para realizar a sustentação oral, que é por videoconferência, numa sala localizada no Fórum dos Juizados Especiais de Maringá, localizado na Rua Dr. João Paulino Vieira, 239, e no Fórum de Foz do Iguaçu, no endereço: Rua Pedro Basso, 1001.

O sistema, disponibilizado desde o fim de fevereiro de 2018 nos feitos de Londrina e Região Metropolitana em julgamento perante a 1ª e 4ª Turmas Recursais, visa facilitar a comunicação dos advogados com os juízes das Turmas Recursais. A partir dos primeiros resultados, uma série de estudos foi desenvolvida para disponibilizar a tecnologia para novas localidades do Estado. De acordo com o último Censo, as regiões contempladas representam cerca de 2 milhões de habitantes, que, apenas em 2016, tiveram quase 15 mil processos distribuídos para as Turmas Recursais.

Para garantir o funcionamento da ferramenta, foram realizadas adequações no sistema Projudi. Com isso, os advogados que acompanharem a sessão por vídeo deverão registrar os pedidos de sustentação oral e de interesse presencial de forma eletrônica, em suas mesas de trabalho, no Projudi. Todas essas funcionalidades estão descritas num manual e em videoaulas, disponibilizadas para todos os advogados, no site do TJPR.

SUSTENTAÇÃO ORAL NAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS

TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADO DO PARANÁ

SUSTENTAÇÃO ORAL POR VIDEOCONFERÊNCIA

The infographic features a man in a suit looking at a laptop. An inset image shows a woman in a purple blazer holding a document with the TJPR logo. The background is a teal and blue gradient.

PROGRAMA “PACIFICAR É DIVINO”



O Programa “Pacificar é Divino”, que começou a ser desenvolvido pela 2ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Paraná em março de 2017, já ganhou uma boa repercussão no Estado, bem como no âmbito religioso, representado por mais de 70 (setenta) denominações religiosas que participam da iniciativa.

Objetivando difundir a cultura da conciliação no meio religioso, em prol da pacificação social, o Pacificar é Divino já capacitou 420 (quatrocentos e vinte) religiosos (“facilitadores”), indicados pelas suas lideranças, nas técnicas consensuais de resolução de conflitos, permitindo que diversos tipos de disputas sejam resolvidos de forma pré-processual, através do diálogo.

Para tanto, diversos cursos de capacitação foram realizados pelo Programa, de forma presencial, por servidores voluntários do TJPR e pelos multiplicadores (religiosos que passaram pela capacitação inicial, e, após, receberam um treinamento específico para poder ministrar o curso a outros religiosos interessados), bem como, mais recentemente, pela modalidade EAD, que já alcançou 9 (nove) Comarcas do interior do Estado.

Assim, o Pacificar é Divino se expandiu e, com o apoio dos CEJUSCs locais, alcançou 13 (treze) Municípios, além da capital do Estado e região metropolitana: Maringá, Londrina, Toledo, Ponta Grossa, Marechal Cândido Rondon, Pato Branco, Nova Esperança, Cruzeiro do Oeste, Guaraniaçu, Wenceslau Braz, Contenda, Cantagalo, e Pirai do Sul.

Aliando o excelente trabalho de aconselhamento já realizado nas igrejas, centros e templos religiosos às técnicas judiciais de solução consensual de conflitos, como a mediação e a conciliação, os facilitadores formados passaram a atender as pessoas em conflito da sua comunidade nos Espaços Pacificar, instalados dentro das suas instituições, os quais já passaram de 40 (quarenta) no Paraná.

Agora, as pessoas que têm alguma questão para ser resolvida, como da área de família, civil, comercial, entre outras, podem procurar o Espaço Pacificar da entidade religiosa que frequentam, ou da sua localidade, para tentar solucioná-la mediante reuniões de conciliação/mediação, para a qual os outros interessados e envolvidos no conflito serão convidados para participar.



Além do acordo verbal, escrito ou homologado pelo Juiz Coordenador do CEJUSC (nos casos necessários), as pessoas poderão receber orientações dos facilitadores, bem como ser encaminhadas para os serviços da rede pública, para receberem o atendimento necessário ao caso.



Com o intuito de continuar expandindo essa iniciativa, que tem rendido muitos frutos na capital no Estado, lançou-se a 2ª edição do curso de formação de facilitadores na modalidade EAD, com 55 (cinquenta e cinco) religiosos inscritos, de seis Municípios, o qual se entenderá até o final do mês de outubro.

Além disso, um segundo curso de multiplicadores está em andamento, para a formação de mais 8 (oito) religiosos, responsáveis pela capacitação, principalmente na capital do Estado, os quais, somados ao primeiro grupo, representarão 27 (vinte e sete) multiplicadores, aptos a repassar os ensinamentos das técnicas consensuais de resolução de conflitos, do Programa Pacificar é Divino, a mais religiosos.



Por fim, a equipe do Programa Pacificar é Divino tem se dedicado, também, à divulgação da iniciativa e dos Espaços Pacificar já inaugurados, a fim de que a sociedade saiba do que se trata e tenha confiança ao levar seu caso para ser solucionado nesse espaço, que, embora funcione dentro de uma instituição religiosa, o atendimento é realizado por pessoa imparcial, capacitada pelo Tribunal de Justiça, que buscará aplicar as técnicas consensuais de resolução de conflitos, sem envolver doutrina religiosa.

Você tem alguma questão a ser resolvida com o seu vizinho, familiar, amigo, ou mesmo uma questão comercial?

O Programa Pacificar é Divino pode te ajudar!

Por meio de uma parceria com o Tribunal de Justiça do Paraná, sua instituição religiosa foi preparada para realizar uma reunião de conciliação e facilitar um acordo!

PACIFICAÇÃO SOCIAL, UM OBJETIVO DE TODOS!
Tribunal de Justiça do Paraná - 2ª Vice-Presidência

2ª VICE-PRESIDÊNCIA COORDENA PARCERIA INTERDISCIPLINAR DO CEJUSC COM A UNIBRASIL PARA FOMENTAR A PACIFICAÇÃO SOCIAL DOS CONFLITOS

Em meados de setembro, foram iniciadas, nas dependências do CEJUSC do fórum cível, as atividades objeto do convênio firmado em junho pela 2ª Vice-Presidente do TJPR e Presidente do NUPEMEC, Desembargadora Lidia Maejima, com a UniBrasil. A parceria pretende divulgar a cultura de pacificação social dos conflitos desde a universidade, bem como fortalecer as atividades do CEJUSC com a colaboração interdisciplinar do meio acadêmico.

Os alunos disponibilizados pela Universidade, das áreas de Psicologia, Direito e Administração, passaram a auxiliar nos serviços administrativos e no setor de triagem do CEJUSC. As principais atribuições são de orientação ao cidadão e aprimoramento dos serviços de gestão do CEJUSC, o que inclui a colheita de dados estatísticos sobre o índice de acordos.

Os alunos são orientados em tempo integral pelo Professor Supervisor e pelo funcionário coordenador do Centro Judiciário.

Os que obtiverem maior desempenho, a ser constatado pelo gestor do CEJUSC em conjunto com o Professor da Universidade, serão capacitados, mediante certificação do CNJ, para realizar audiências de conciliação e mediação.

Vale lembrar que o edital de chamamento público das universidades, por meio do qual a UniBrasil tomou conhecimento da possibilidade do convênio, continua aberto para outras instituições de ensino que se interessarem pela parceria.

UNIBRASIL
CENTRO UNIVERSITÁRIO

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania

2ª VICE-PRESIDÊNCIA LANÇA O PROJETO “DESVENDANDO O CEJUSC”

O NUPEMEC, órgão da 2ª Vice-Presidência do TJPR, lançou mais um projeto com a finalidade de contribuir para a sensibilização dos magistrados quanto aos benefícios observados na instalação e desenvolvimento dos CEJUSCs.

A iniciativa, concebida no âmbito do projeto “Desvendando o CEJUSC”, contempla o lançamento de uma cartilha digital e uma série de vídeos com o Dr. Rodrigo Rodrigues Dias, Juiz Coordenador do CEJUSC de Toledo/PR e membro do NUPEMEC. Os vídeos foram produzidos em parceria com a equipe de gestão de mídias da Escola de Servidores do Tribunal de Justiça e estão disponíveis na plataforma de cursos online da Escola da Magistratura - EMAP, que também abraçou a ideia.

O projeto se insere na Política Judiciária de incentivo e promoção dos métodos consensuais de solução de conflitos e consiste na sensibilização dos magistrados quanto à importância da conciliação e no fomento de práticas que priorizem a cultura da autocomposição, em detrimento da cultura do litígio.

Todos os magistrados receberão um link específico, via mensageiro, para acesso à plataforma onde estão inseridos os vídeos e a cartilha para download.

Maiores informações podem ser obtidas pelo e-mail desvendandocejusc@tjpr.jus.br

DESVENDANDO O CEJUSC PARA MAGISTRADOS



TJPR LANÇA PROJETO POP – CEJUSC

Após ter lançado o POP-Juizados, o Tribunal de Justiça do Paraná, por meio da 2ª Vice-Presidência em parceria com a ESEJE, disponibilizou pela intranet um Procedimento Operacional Padrão específico para os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs), chamado POP-CEJUSC.

A iniciativa pretende auxiliar servidores com a disponibilização de materiais de orientação de procedimentos operacionais específicos para os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania.

À semelhança do POP-Juizados, o POP-CEJUSC tem por objetivo a padronização de rotinas, mediante disponibilização de modelos de documentos e de videoaulas para formação e



aperfeiçoamento dos servidores do Poder Judiciário que atuarão como terceiros facilitadores de conflitos.

O programa busca proporcionar segurança jurídica aos jurisdicionados, com maior estabilidade na forma de atendimento, evitando as diferenças de procedimentos adotados em cada unidade de CEJUSC.

NUPEMEC/PR ENTREGA CERTIFICADOS DE CONCILIADOR E MEDIADOR JUDICIAL PARA DESEMBARGADORES QUE ATUAM NO CEJUSC DE 2º GRAU

Na última terça-feira, 10 de outubro, o NUPEMEC/PR (Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos) e a Coordenação do CEJUSC de 2º Grau realizaram uma cerimônia para entrega dos certificados de Conciliador e Mediador Judicial (Terceiro Facilitador) para uma turma de 22 pessoas, que recentemente terminou a etapa prática de sua formação naquele Centro Judiciário.

A maioria da turma foi composta por Desembargadores e Magistrados aposentados, que já atuam voluntariamente na área da conciliação há vários anos. Desde longa data, eles vêm realizando, sobretudo no CEJUSC de 2º Grau, um belíssimo e abnegado trabalho, contribuindo de forma incomensurável para a realização do ideal da pacificação social, da busca pelo tratamento adequado dos conflitos de interesse.

Na ilustre lista, encontram-se os Desembargadores Valter Ressel, Accácio Cambi, Antônio Domingos Ramina, Antônio Martelozzo, Celso Seikiti Saito, Dulce Maria Cecconi, Edson Luiz Vidal Pinto, Guido José Döbelli, José Ulysses Silveira Lopes, Ruy Francisco Thomaz e os Juízes Álvaro Floriano Paczkoski, Edison José Penteado de Carvalho e José Luiz Dosciatti.

Esses Magistrados são verdadeiros pioneiros desta nova cultura de paz, por eles cultivada desde uma época em que pouca atenção se dava ao assunto nos meios judiciários e acadêmicos brasileiros.

Após longos anos de judicatura, rotineiramente lidando com questões aparentemente insolúveis, esses Juízes e Desembargadores, tiveram a percepção de que as coisas precisavam ser mudadas, que se precisava humanizar a Justiça, trabalhando a percepção das pessoas em relação ao conflito e a visão dos próprios operadores do direito, de modo a livrá-la de uma visão estritamente dogmática, processual e polarizada.

Os frutos deste trabalho, hoje, se mostram inquestionáveis, considerando-se, a princípio, os elevados índices de conciliação por eles obtidos, mas, sobretudo, pela frutificação de seus belíssimos exemplos de trabalho e dedicação à Justiça, estimulando as gerações mais novas.

Não obstante serem verdadeiros professores no assunto, os Magistrados continuam dedicando-se à busca de mais conhecimentos na área, com interesse e vitalidade joviais, razão pela qual buscaram atualizar suas certificações como conciliadores e mediadores judiciais, adaptando-se às novas exigências do Código de Processo Civil de 2015 e da Lei de Mediação.



A nova certificação foi conferida de acordo com as diretrizes curriculares e exigências da Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça, em grade composta por 40 horas de aulas teóricas e 60 horas de prática supervisionada em Centros Judiciários de Solução de Conflito, carga horária superada, em muito, por eles.

Destacam-se entre os formandos, ainda, as Doutoradas Inês Ferreira Martelozzo, esposa do Desembargador Antonio Martelozzo, Linda Virginia Gonçalves Condessa Wolff, servidora aposentada e esposa do Desembargador Fernando Paulino da Silva Wolff, da Juíza do Trabalho Sandra Maria da Costa Ressel, esposa do Desembargador Valter Ressel e da Dra. Marisa Tiemann, Procuradora do Ministério Público do Trabalho.

Somam-se aos demais o Doutor Timóteo Ribeiro Santos, advogado, o Dr. Luiz Antonio Rubin, economista, os servidores Edgar Souza da Silva e Rogil Duda, bem como o estudante Diego Ardiles Duarte Ávila.

Após receberem os certificados das mãos da Desembargadora Lidia Maejima, 2ª Vice-Presidente, os formandos presentes puderam confraternizar em um café da manhã realizado na Sala de Lanches dos Desembargadores, no prédio anexo, celebrando a ocasião em clima descontraído e de grande amizade.

A 2ª Vice-Presidência, responsável por dirigir os trabalhos do NUPEMEC/PR, parabeniza a todos os formandos, agradecendo-lhes, em tempo, pela inestimável contribuição que todos eles têm dado pela causa da conciliação em nosso Estado.



SETEMBRO PROMISSOR: PROGRAMA JOVENS PROMISSORES CELEBRA 1 ANO DE ATENDIMENTOS COM A ABERTURA DE 5 NOVAS TURMAS NO PARANÁ



No último dia 12 de setembro, o Programa Jovens Promissores completou 1 ano de atendimento a adolescentes em vulnerabilidade social, com destaque àqueles que, por terem sido vítimas de diversos tipos de violência, são destinatários da medida protetiva de acolhimento institucional.

Durante esse período, 61 jovens da Região Metropolitana de Curitiba concluíram a etapa de formação e passaram para a fase de encaminhamentos individualizados. Nessa etapa, 82 oportunidades foram geradas aos participantes, incluindo ofertas de emprego, aprendizagem, estágio, cursos, dentre outras iniciativas aptas aos objetivos do Programa, que segue em franca expansão, diante dos ótimos resultados atingidos.

A 2ª Vice-Presidente do TJPR, idealizadora do Programa, acredita que sua expansão para as comarcas do interior do Estado tem obtido êxito devido à flexibilização com as necessidades dos adolescentes em vulnerabilidade social de cada região. “Diante das particularidades de cada realidade e evitando medidas reducionistas, o Programa enfrenta o desafio de preparar os adolescentes acolhidos para a vida adulta por meio de uma série de atividades em grupo e individuais, a depender dos objetivos pretendidos a cada etapa”, afirma a Desembargadora Lidia Maejima.

Recentemente, o Programa entrou em funcionamento na Comarca de Toledo, onde cerca de 10 adolescentes em vulnerabilidade social acompanhados pela Vara da Infância e Juventude participam das atividades no CEJUSC local.

Além disso, 04 novas turmas terão início no mês de outubro, incluindo uma em Ibaiti, duas na Região Metropolitana de Curitiba e uma turma avançada, voltada aos participantes que já concluíram a formação, mas manifestaram interesse em aprofundar sua preparação para a inserção no mercado de trabalho.

SOBRE O PROGRAMA

O acolhimento institucional, mais extrema medida protetiva prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, é restrito às hipóteses em que a permanência junto à família seja prejudicial ao superior interesse de seu destinatário. E, se a entrada da criança ou adolescente em uma das Unidades de Acolhimento Institucional já é bastante traumática, por decorrer de graves violações a direitos fundamentais, sua saída, quando há o atingimento da maioria sem a reinserção em ambiente familiar, pode ensejar novo abalo ao jovem que não está preparado para gerir sua vida de maneira digna.

Frente a tal demanda, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, através do Programa Jovens Promissores, mobiliza esforços por parte de diversos setores do Judiciário, do Estado e da sociedade, buscando oferecer ferramentas para que os adolescentes acolhidos desenvolvam as condições de autonomia necessárias para que o ingresso na vida adulta se dê de forma mais adequada.

Na fase de formação, os participantes são reunidos em turmas de cerca de 15 integrantes, que participam de Círculos de Construção de Paz (prática empregada na Justiça Restaurativa), oficinas temáticas, visitas institucionais e uma solenidade de formatura, sempre visando desenvolver as condições necessárias para que cada jovem passe a ser protagonista de sua própria história. Em Curitiba, a formação passará a contar, também, com o apoio voluntário de profissionais nas áreas de psicologia, coaching de carreira, orientação vocacional e marketing pessoal, buscando oferecer aos jovens mais ferramentas para o início de suas carreiras profissionais.

Em seguida, os adolescentes recebem acompanhamentos individuais, visando, por exemplo, o encaminhamento a cursos, inserção no mercado de trabalho, ou outras iniciativas cuja demanda se apresente, conforme a necessidade específica de cada participante.

PROGRAMA CRIANÇA E ADOLESCENTE PROTEGIDOS É INSTITUÍDO POR LEI ESTADUAL

No dia 24 de agosto do corrente ano, a Governadora Cida Borghetti sancionou a lei nº 19.634/2018, que institui o Programa “Criança e Adolescente Protegidos” no Paraná. Desenvolvido pelo Tribunal de Justiça do Paraná em conjunto com o Governo do Estado, por meio das Secretarias Estaduais de Segurança Pública, Educação, Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, entre outras, o programa tem por objetivo garantir a proteção integral das crianças e adolescentes, assegurando, especialmente, a identificação biométrica, através da emissão da Carteira de Identidade a todos os alunos matriculados na rede de ensino público.

Dentre muitos, o objetivo estratégico que merece destaque, refere-se ao reforço da rede de segurança pública, auxiliando no combate à prostituição infanto-juvenil (que se utiliza de documentos falsos de pessoas maiores), e na identificação e localização de crianças desaparecidas ou sequestradas, pois, quando isso ocorre, na maioria das vezes, a família tem apenas registros fotográficos da criança, o que dificulta, inclusive, a emissão de alertas.

O Programa, idealizado pela Desembargadora Lidia Maejima, 2ª Vice-Presidente do TJ/PR, surgiu como uma vertente do trabalho “Impressão Digital – Combate à Impunidade”, do ano de 1991, de autoria conjunta com o Promotor de Justiça Carlos Bachinski, que originou alguns Projetos de Lei em âmbito federal, culminando na edição da Lei Federal nº 9.454/97, que implantou o RIC – Registro de Identidade Civil no País.



Como fruto desta ideia, a identificação biométrica proposta foi encampada inicialmente pelo Tribunal de Justiça, por intermédio da 2ª Vice-Presidência, com projeto piloto lançado no ano de 2014. Posteriormente, em reconhecimento à importância do programa, firmou-se parceria com o Governo do Estado, aumentando seu alcance.

Visando uma amplitude mais concreta ao princípio da proteção integral, estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, foi firmado um protocolo de intenções com a Associação Paranaense de Oftalmologia, objetivando a realização de exames preliminares para diagnóstico dos problemas de acuidade visual, e a confecção de óculos corretivos de forma totalmente gratuita.

No ano de 2015, o Programa recebeu a primeira colocação no XII Prêmio Innovare, na Categoria Tribunal, uma das mais importantes premiações da Justiça Brasileira.

O sucesso e a relevância social da iniciativa motivaram o encaminhamento de proposta legislativa por parte do Poder Executivo, a qual passou pela aprovação unânime da Assembleia Legislativa, até a sanção da Governadora na última semana.

Com a lei, o programa assegura a sua continuidade, transformando-se numa política pública de Estado. “Essa é uma forma de dar cidadania e, principalmente, segurança às crianças e adolescentes, em casos de desaparecimento. Agora como lei, o programa terá mais força para se perpetuar em todo o Estado”, destacou a Desembargadora.

EVENTO NO CIC

Comemorando a novidade, no dia 28/08 o Programa realizou uma ação no bairro Cidade Industrial de Curitiba (CIC), entregando óculos de grau a mais de 20 crianças do Colégio Estadual Arlindo Carvalho Amorim, que já haviam passado pela triagem oftalmológica e pelo exame de acuidade visual.

A ação foi viabilizada pelo Programa por meio de parceria com a Vara Descentralizada do CIC, Associação Paranaense de Oftalmologia (APO) e apoio do Moto Clube Abutres, da empresa Ad Robô, e da Faculdade Santa Cruz.

SOBRE O CRESCIMENTO DO PROGRAMA

O programa tem mostrado sucesso progressivo em ambas as frentes de atuação. Até o presente momento, aproximadamente 46.000 Carteiras de Identidade foram emitidas e, dentre as mais de 1.500 triagens, 1.200 atendimentos oftalmológicos.

Apenas o ano de 2018 foram emitidas 17.000 Carteiras de Identidade e os Postos de Atendimento Totalmente Informatizados do Instituto de Identificação do Estado (PATIs) prestaram atendimento à população de 39 municípios do Estado do Paraná.

PROGRAMA JUSTIÇA E CIDADANIA TAMBÉM SE APRENDEM NA ESCOLA COMPLETA 25 ANOS



Em 08 de agosto de 2018, foi realizado o evento comemorativo aos 25 anos do “Programa Justiça e Cidadania também se Aprendem na Escola”. A iniciativa, criada pela Associação dos Magistrados do Brasil (AMB) em 1993, já atendeu mais de 6 milhões de crianças em todo o país.

Desenvolvido pelo Desembargador Roberto Portugal Bacellar, atualmente o programa é coordenado pela 2ª Vice-Presidência e tem como objetivo facilitar e difundir o acesso à Justiça, através da divulgação de noções básicas sobre direitos e cidadania às crianças do ensino fundamental de escolas da rede pública.

Participaram da celebração a Banda da Polícia Militar, além de crianças de escolas municipais que estão participando da edição do programa em 2018.

SOBRE O PROGRAMA

A iniciativa é desenvolvida em 4 fases. Na primeira delas, as escolas participantes recebem o material de apoio: são duas cartilhas explicativas, em formato de quadrinhos, para as crianças, e manuais para auxílio dos professores. A partir disso, as próprias instituições de ensino desenvolvem atividades didáticas.

Na segunda fase, a turma recebe a visita de um magistrado, um promotor de Justiça e um advogado, todos voluntários, que além de explicarem os seus papéis na sociedade, esclarecem questões sobre cidadania e Justiça. Na terceira etapa, são as crianças que vão até as unidades do Judiciário, numa visita guiada. Por fim, na última etapa, as escolas desenvolvem atividades culturais com todo o conteúdo aprendido e, também, um concurso de redações, premiadas com medalhas do programa.

Esse ano, participaram do Programa, 31 (trinta e uma) Comarcas, totalizando 15.448 alunos.



MAGISTRADOS DO TJPR PARTICIPAM DO PROGRAMA GERAÇÃO ATITUDE

Ao longo de 2018, a Desembargadora Lidia Maejima, 2ª Vice-Presidente, representante do TJPR no Programa Geração Atitude, convidou cinco magistrados paranaenses para palestrar em escolas públicas do Estado.

O Juiz Fernando Ganem conversou com os alunos do Centro Estadual de Educação Profissional de Curitiba no Boqueirão. Na ocasião, o magistrado falou sobre exercício de cidadania e acesso à justiça. Comentou sobre a importância do voto consciente e dos diversos meios de se obter a prestação jurisdicional, introduzindo os debates acerca da cultura de pacificação social dos conflitos.

Os alunos do Colégio Estadual Júlia Vanderlei em Curitiba tiveram a oportunidade de ouvir o Desembargador Accácio Cambi, que explicou sobre os três poderes no nível estadual. Conversou com os alunos sobre a Prefeitura, a Assembleia Legislativa e o Poder Judiciário, explicando o papel da Justiça Estadual. Ainda, o Desembargador compartilhou sua história e lembrou o momento em que percebeu a vocação para magistratura: “ainda aos 14 anos, quando eu auxiliava nos serviços cartoriais na Comarca de Andirá, ao registrar a sentença do Juiz da Comarca, tive a oportunidade de ler a decisão e percebi que gostaria de seguir a carreira da magistratura”.

A Doutora Carolina Arantes da Conceição Nunes aceitou a proposta do programa e explicou para os alunos do Colégio Estadual Sagrada Família de Campo Largo sobre os direitos e deveres dos cidadãos descritos na Constituição Federal de 1988, e da importância dos alunos se reconhecerem como cidadãos pertencentes a uma comunidade, esta entendida em sentido amplo: abrangendo o bairro, a escola e a cidade em que residem. A magistrada comentou, também, que um dos vieses mais notórios do exercício da cidadania é o voto consciente, explicando sobre o conceito de Estado Democrático de Direito.

O Desembargador Guido Dobelli conversou com os alunos do Colégio Estadual Arnaldo F. Busato de Pinhais sobre as mudanças que o judiciário enfrentou desde a época em que ingressou na magistratura. Ressaltou a importância dada pela Constituição de 1988 aos cidadãos e que, justamente por ser considerada uma das constituições mais democráticas do mundo, foi apelidada de “Constituição Cidadã”.

Por fim, os alunos do Colégio Estadual São Cristóvão, em São José dos Pinhais, tiveram a chance de ouvir a Juíza Ilda Eloisa Correa de Moricz, que destacou o valor do protagonismo juvenil na composição de uma sociedade cidadã. Propôs uma reflexão acerca do voto consciente e elucidou a tripartição de poderes, especificamente em âmbito estadual.

De uma maneira geral, é possível perceber que a visita dos magistrados nas escolas possibilita aos alunos a reflexão acerca da importância que eles têm na construção de uma sociedade democrática.



SOBRE O PROGRAMA

O programa geração atitude é decorrente do Movimento Paraná Sem Corrupção e tem o objetivo de apoiar a formação cidadã de estudantes paranaenses, fomentando o protagonismo juvenil na sociedade a partir de ações que despertem o interesse dos Jovens para temas como Cidadania, Democracia, Política, Eleições, Voto Consciente e funcionamento de órgãos dos Poderes Judiciário, Executivo, Legislativo, bem como de instituições essenciais à sociedade como Ministério Público e Defensoria Pública.

Participam do projeto todas as escolas públicas de ensino médio, localizadas nas áreas de atuação dos 32 Núcleos Regionais de Educação do Paraná.

Desde 2014, o Tribunal de Justiça do Paraná, representado pela 2ª Vice-Presidência, participa do Programa “Geração Atitude”. A parceria foi formalizada por meio de um convênio com a Assembleia Legislativa do Paraná, o Ministério Público, a Secretaria de Estado da Educação e a Assessoria Especial para Assuntos de Políticas Públicas para a Juventude, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil.

MAGISTRADO EM DESTAQUE

Há quatorze anos na magistratura paranaense, sendo seis em Ponta Grossa - dois dos quais como Juíza Coordenadora do CEJUSC -, a Doutora Laryssa Angelica Copack Muniz é referência no que diz respeito ao pioneirismo em projetos de cidadania.

O primeiro projeto desenvolvido em Ponta Grossa foi o SERMAIS, junto ao Juizado de Violência Doméstica, em parceria com a Dra. Alessandra Pimentel do Amaral e com a Universidade Estadual de Ponta Grossa. Trata-se de projeto para responsabilização para autores de atos de violência doméstica, que se iniciou em 2013, e já recebeu mais de 200 homens condenados em delitos de violência doméstica.

São 4 meses de encontros semanais com um psicólogo para discussão de temas ligados à diferença de gêneros, sendo feito em parceria com uma ONG denominada MELHOR VIVER. O projeto tem reincidência inferior a 10%, ou seja, apenas 10% daqueles que participaram das oficinas voltaram a cometer atos de violência doméstica.

Após a iniciativa envolvendo violência doméstica, a magistrada conta que se embrenhou pela cultura de pacificação de conflitos. “Passamos por um período de estudos para descobrir e melhor entender uma nova ferramenta, a ser por nós utilizada, a Justiça Restaurativa”. E, como fruto desta iniciativa, em 2014, Ponta Grossa sediou a primeira capacitação no tema, à época por autorização do então Presidente do TJPR, Desembargador Guilherme Luiz Gomes.

A partir do conhecimento da técnica e da implementação do primeiro CEJUSC do interior do Estado, em julho de 2014, a magistrada e sua equipe iniciaram diversas ações que tinham como objetivo disseminar a Justiça Restaurativa em Ponta Grossa e no Paraná, bem como estruturar projetos que poderiam ser desenvolvidos em prol da melhoria da prestação jurisdicional, utilizando a ferramenta da Justiça Restaurativa.

Neste contexto, o CEJUSC Ponta Grossa conta hoje com as três linhas concebidas na Resolução do Conselho Nacional da Justiça, por meio da Resolução 125, ou seja, a área processual, a pré-processual e a área de cidadania.

Em cada um destes braços, há iniciativas e projetos ligados à Justiça Restaurativa, bem como a outros métodos adequados de solução de conflito como, por exemplo, a mediação. Costuma-se dizer que o CEJUSC-PG funciona como um Fórum de Múltiplas Portas, ou seja, local onde a pessoa pode encontrar várias possibilidades para a solução de seu conflito.

No campo processual, desde 2015, existe o Projeto FALANDO EM FAMÍLIA, em parceria com a Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde as partes que estejam litigando em processos de Direito de Família, envolvendo filhos, com sessão de mediação marcada para o CEJUSC, são convidadas a comparecer a ofici-



nas onde serão abordados temas como alienação parental, guarda compartilhada, como tratar do divórcio com os filhos, além de todo esclarecimento sobre como será a sessão de mediação, o que esperar do processo, etc.

No campo pré-processual e processual, o projeto CIRCULANDO RELACIONAMENTOS acolhe homens e mulheres envolvidos em situação de Violência Doméstica e Familiar, sendo sua atuação desenvolvida para atendimento dos casos encaminhados pela Delegacia da Mulher ou pelo Juizado de Violência Doméstica da Comarca de Ponta Grossa, havendo ou não pedido de medida protetiva, por meio das práticas restaurativas.

Destaca-se no âmbito da cidadania o projeto NA MEDIDA QUE EU PENSO, instituído em 2015, o qual se volta para a área do adolescente em conflito com a lei. No projeto, meninos e meninas que praticaram atos infracionais na Comarca de Ponta Grossa participam de oficinas filosóficas que promovem a sensibilização, problematização, investigação e conceituação de determinados temas que os fazem refletir e perceber as consequências de suas condutas.

O CEJUSC de Ponta Grossa trabalha com várias vertentes de atuação do Poder Judiciário: mediação, conciliação, justiça restaurativa e desenvolvem diversos projetos, além dos acima citados, destacam-se: Prossiga, Pacificar É Divino, Projeto Pertencer, Proa, Escola Restaurativa; Travessia; Adolesendo e Grupo de Pais.

Para a Doutora Laryssa, a ideia de direcionar as ações do Poder Judiciário para a cidadania é essencial. “É a modernidade que aponta para esse caminho. O Judiciário do século XXI será chamado a tarefas muito maiores do que a de dizer o Direito”, afirma a magistrada.